

AS REPRESENTAÇÕES DA ALEMANHA E DOS ESTADOS UNIDOS POR MEIO DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO* (1937-1942). Aluno: Alexandre Andrade da Costa. Orientadora: Tania Regina de Luca. Curso: História. Departamento de História. Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis.

“Os acontecimentos internacionais se sucedem com rapidez realmente vertiginosa, dando-nos mesmo a impressão de estarmos diante de um *kaleidos* que não permite concentrar a atenção num quadro qualquer extraíndo dele uma conclusão”.¹

O artigo, extraído do jornal no ano de 1940, denota, com profunda precisão, as dificuldades de enfrentadas ao se tentar apreender o sentido da política internacional em tempos de crise. No entanto, a partir dos editoriais publicados no *bravo matutino* é possível delinear pelo menos alguns aspectos desse sentido e perceber como as discussões travadas nas páginas do jornal, em momento de grande instabilidade política no cenário internacional, estiveram intimamente ligadas à sensação de que a qualquer momento ocorreria um novo conflito mundial.

No mundo do *Breve Século XX*, denominação de Eric J. Hobsbawm que se tornou famosa, os anos de 1938-1945 integram a *Era da Catástrofe*, período marcado por profundas transformações.²

No âmbito externo, assistiu-se ao ressurgimento da Alemanha como potência e viu-se o liberalismo entrar em colapso com a ascensão de regimes autoritários em vários países europeus. França e a Inglaterra ainda resistiram à tentação e defenderam suas democracias. Já a Espanha conheceu um violento conflito civil entre as forças de Francisco Franco e as do governo legalmente eleito, que culminou com a vitória do general; Portugal, governado por Salazar, também integrou o rol dos governos fortes e organizou seu Estado Novo. Não se pode deixar de citar o caso da Itália que, desde 1922, estava sob o controle dos fascistas, capitaneados por Mussolini.

No quadro de forças do período há que se acrescentar a URSS, que atravessava um período de significativo crescimento econômico, e os EUA que, sob a batuta de Roosevelt, tentavam se recuperar dos reveses sofridos com a quebra da bolsa em 1929. Percebe-se, mesmo por este breve intróito, que a conjuntura era complexa e conturbada.

No Brasil, a situação não era muito diversa. A Constituição de 1934 estipulava eleições para o ano de 1938 e vedava a participação no pleito do então presidente Getúlio Vargas. No entanto, tudo mudou em 10 de novembro de 1937, quando o chefe do executivo desferiu um golpe nas instituições e instaurou o Estado Novo.

Sabe-se que a imprensa participa ativamente do momento histórico no qual está inserida, uma vez que registra e tece considerações a respeito de fatos do dia-a-dia, tornando possível “reconstruir os lances e peripécias dessa batalha cotidiana na qual se envolvem múltiplas personagens”.³ Cabe, portanto, perguntar: qual teria sido o papel da imprensa nos anos 1930 e 1940?

O trabalho com os jornais é sempre arriscado, por implica em adentrar por meandros repletos de complexidade e sutilezas. O regime estadonovista investiu num projeto político-cultural que reservou papel de destaque para os meios de comunicação de massa, como a imprensa e o rádio, veículo recém-surgido e que se difundiu exatamente nesta época. Ao lado da persuasão – empréstimos, verbas publicitárias – não se hesitou em tomar medidas mais drásticas, exemplificada na ocupação do jornal *O Estado de S. Paulo*. Invadido em março de 1940 e dirigido pelo interventor designado pelo DIP, Abner Mourão, o matutino tornou-se porta-voz do varguismo.

¹ *O Estado de S. Paulo*, 20 fev. 1940.

² HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

Vale ressaltar que apesar da coerção imposta pelo DIP, diferentes formas de resistências eram frequentes. Em muitos casos, essas resistências eram propiciadas pela própria ambigüidade das prescrições do órgão censor. Segundo Maria Helena Rolim Capelato, “o DIP, foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime; em atuar em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira”.⁴

Evidencia-se, portanto, que a imprensa teve sua liberdade cerceada em nome de uma ideologia e de um regime autoritário que, via coerção, pretendia criar a comunidade nacional fundamentada na “brasilidade”. Isto posto, resta a dúvida: de que forma deve-se abordar essa fonte - o jornal - como objeto de pesquisa. De acordo com Prado e Capelato,

(...) a escolha de um jornal como objeto de pesquisa justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, nega-se pois, aqui, aquela perspectiva que a teoria como mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social na qual se insere.⁵

A análise e interpretação da relação imprensa/sociedade é um dos temas que tem preocupado os historiadores, sobretudo porque “percorrer o caminho que vai da desconsideração à centralidade dos periódicos na produção do saber histórico implica em acompanhar, ainda que de forma bastante sucinta, a renovação dos temas, problemáticas e procedimentos metodológicos da disciplina”.⁶

De volta ao editorial já citado, compreende-se o tom pouco amistoso utilizado para descrever o Brasil sob a batuta de Getúlio Vargas. Aquele que regia o sucesso brasileiro, no que concerne ao desenvolvimento econômico, também orquestrava a censura e a repressão à imprensa.

Entender o Estado Novo e o papel que a imprensa desempenhou neste período é uma necessidade e pode-se, por esta via, estabelecer-se produtivo vínculo entre passado e presente, fundamental para a compreensão das disputas que, em última instância, relacionam-se aos embates em torno da memória. Sem esquecer, porém o alerta de Bourdieu, segundo o qual se o pesquisador não deve se deixar “levar pelas analogias superficiais, puramente formais e, às vezes, acidentais, poder-se-á extrair das realidades concretas as estruturas que nelas se exprimem e se ocultam e entre as quais se pode estabelecer a comparação destinada a descobrir as propriedades comuns”.⁷

Na primeira fase da pesquisa, a Alemanha surgia como potência em ascensão e foi tema da grande maioria dos editoriais, especialmente no que concernia à política. Os Estados Unidos, por sua vez, eram apresentados como um colosso econômico, presente nas páginas do matutino em virtude de sua riqueza. As transformações ocorridas no cenário internacional marcaram profundamente a maneira como os responsáveis pelo jornal *O Estado de S. Paulo* representaram os dois países. Além disso, a partir de março de 1940, com a ocupação do jornal, os editoriais conheceram mudanças profundas e passaram a difundir a ideologia do Estado Novo.

No que concernia à Alemanha, seu prestígio adquiriu maior vulto com a instalação do Estado Novo. Os novos donos do poder exaltavam o seu regime e organização política como forma indireta de fortalecer o regime recém inaugurado no Brasil. A posição dos Estados Unidos, contraditoriamente, ganhou maior expressão no período em que o jornal funcionou como porta voz do regime estadonovista.

O objetivo dessa pesquisa era o de analisar de que maneira as representações da Alemanha e dos Estados Unidos foram construídas durante o período de 1937 a 1942, para o que se dividiu o trabalho em

⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas: Papirus, 1998, p. 70.

⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980, p. XIX.

⁶ DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Jaime (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, no prelo.

⁷ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 339.

duas etapas: uma primeira, que cobria o período de novembro de 1937, data da instauração do Estado Novo, a março de 1940, data da ocupação do jornal pela ditadura, e uma segunda, de abril de 1940, quando o jornal voltou a circular, até agosto de 1942, mês que marcou o rompimento definitivo entre Brasil e Alemanha, pelo reconhecimento do estado de beligerância entre os dois países.

No primeiro momento, a Alemanha capitaneou todas as atenções. Seu crescimento econômico e militar chamou a atenção da nova classe dirigente que estava no poder. Nesse contexto, quando o jornal ainda estava sob o controle da família Mesquita, os editoriais eram mais hesitantes: por um lado havia a intenção de tornar patente que os representantes do jornal não nutriam simpatias pelo regime, mas, ao mesmo tempo, não podiam ignorar a crescente importância da Alemanha e, em certas ocasiões específicas, pode-se encontrar louvas à determinadas medidas do governo alemão, como se tentou demonstrar. Em síntese, elogios e sátiras alternavam-se. Já em relação aos Estados Unidos, os comentários concentravam-se em demonstrar a importância da sua economia para o continente.

Pode-se dizer que, durante o segundo período da pesquisa, as representações dos Estados Unidos invadiram as páginas do matutino. Assuntos como música, cinema, intercâmbios estudantis, esporte, tudo foi conjugado para que o esforço de guerra caminhasse em todas as direções trabalhando, dessa forma, para uma maior integração da América em torno do líder norte-americano. Desse modo, apesar de ser um regime autoritário, o Estado Novo não pode deixar de tecer loas ao regime democrático americano, isso em função do contexto da guerra e seus rumos. Só assim explica-se o fato de justamente no período mais conturbado, o jornal conter tantos elogios, matérias e editoriais a respeito dos Estados Unidos e de sua grande relevância para este hemisfério. Ao crescimento dos EUA correspondeu o empalidecer da Alemanha, referida, no segundo período, de forma pejorativa. Uma das causas desse novo tratamento dispensado aos alemães foi a dificuldade em acabar rapidamente com o inimigo soviético, fortalecendo a impressão de que a máquina de guerra alemã atingira seu limite. Ao envolver o país numa guerra com duas frentes, Hitler enfraqueceu-se e colocou em xeque a mística adquirida com a rápida derrota da França, em 1940.

A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, em dezembro de 1939, tornou as coisas ainda mais difíceis para os representantes do jornal *O Estado de S. Paulo*. Apesar de a censura já existir antes da criação desse órgão, foi com o seu advento que o controle da informação tornou-se cada vez mais contundente.

Entretanto, pode-se afirmar que, no que tange às representações da Alemanha e dos Estados Unidos, o papel da censura deve ser relativizado. Assim como o conceito de totalitarismo, que pressupõe um controle irrestrito de toda a sociedade, o da censura imprime uma conotação de domínio do material que vai ser publicado que não se fundamenta na realidade. No segundo período da pesquisa, momento em que a presença do DIP já era marcante, sobressaíram os editoriais relativos aos Estados Unidos, apresentados como uma democracia e o grande paradigma para todo o continente americano.

Assim, pode-se inferir que o grande responsável pela mudança do jornal no que concerne aos editoriais, não foi a censura do DIP, mas sim o cenário internacional. Dessa forma, explica-se uma maior exposição da Alemanha durante a fase em que seus exércitos pareciam justificar os ideais do Estado Novo e os editoriais que atacavam aquela nação quando os Estados Unidos entraram no conflito ou quando os interesses brasileiros eram de alguma forma prejudicados.

Além disso, o Brasil ficou sem opções quando os norte-americanos encaminharam-se para o conflito. Segundo Gerson Moura, “a neutralidade dos aliados subordinados só podia ser pensada como a neutralidade do próprio centro hegemônico.”⁸ Assim, quando do ataque a Pearl Harbor, e mesmo antes, era cada vez mais claro que o Brasil teria de alinhar-se com o vizinho do norte, o que denota que no que tange às representações, a guerra foi muito mais decisiva para a mudança do que o advento do DIP e da censura. O temor de que a guerra chegasse ao continente fez com que os interesses do Brasil e dos EUA coincidissem.

⁸ MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 172. Apud: ALVES, Vagner Camilo. *Op. Cit.*, pp. 151-152.

No que concerne ao Brasil, o jornal atuou como porta voz do regime estadonovista. É patente que as modificações ocorridas no jornal denotam controle ideológico. Os editoriais valiam-se de elementos religiosos, apelos à tradição, clamores em prol da união em torno do líder e tentativas de disciplinar a nação por meio de inserções diárias que exortavam à disciplina civil.

A figura do presidente Getúlio Vargas, que raramente aparecia nas páginas do jornal, ganhou destaque depois do jornal haver sido encampado. Assim, o nome do presidente figurou em quase todos os editoriais do período. Adjetivos como “clarividente”, “providencial”, “magnífico” serviram para identificar o chefe do Executivo. Em comemorações especiais como o aniversário do presidente, o jornal era tomado por fotos, análises e interpretações das benesses que o regime trouxera para o Brasil.

A conjuntura internacional de guerra contribuiu muito para a consolidação desse projeto. O medo de que o conflito chegasse ao continente americano possibilitou aos editorialistas construir um imaginário de apreensão e reforçar nos leitores a certeza de que a manutenção da ordem era imprescindível para o restabelecimento da paz e para a tranquilidade da nação.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, encampado pela ditadura num momento de crise externa, expôs em suas páginas a aproximação com os Estados Unidos e com as políticas que aquele país disseminavam pelo continente. Por fim, auxiliou na derrubada do regime varguista que não terminou em 1945, mas em agosto de 1942, quando declarou guerra não só ao Eixo, mas também à sua própria continuidade.

Quando a vitória dos aliados chegou, em 1945, o Estado Novo já havia acabado. Os ideais que representava foram derrotados nos campos de batalha europeus e asiáticos e com eles todos os projetos do regime brasileiro também. Seu fim, em outubro de 1945 foi, não consequência de seus equívocos, mas resultado de seu êxito.